

HABEAS CORPUS Nº 570.417 - SP (2020/0079147-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : MELISSA MAYRA DE PAULA SANCHEZ CURI E OUTRO
ADVOGADOS : MELISSA MAYRA DE PAULA SANCHEZ CURI - SP272170
LARA CAROLINE DE ALMEIDA - SP418701
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE ALVES GODOI FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSÉ ALVES GODOI FILHO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 291, § 1º, I, e 303, *caput*, ambos da Lei n. 9.503/97, na forma do art. 70 do Código Penal, no art. 306 da Lei n. 9.503/97 e nos arts. 147, *caput*, 329, 330 e 331, c/c o art. 69, todos do Código Penal.

Relatam as impetrantes que a audiência de instrução, debates e julgamento seria realizada no dia 13/4/2020, porém, em razão do atual cenário de saúde pública por risco de contágio da COVID-19 e o Provimento CSM n. 2545/2020, que cancelou as audiências e suspendeu os prazos processuais no estado, não há previsão de quando será realizada a audiência.

As impetrantes salientam o atual cenário de crise na saúde pública em razão da COVID-19. Relatam que os supostos crimes não são daqueles cometidos com violência ou grave ameaça e possuem lapso de progressão de 1/6, que o paciente está preso há quase 5 meses (mais de 90 dias), é pessoa trabalhadora, com formação acadêmica, residência fixa, trabalho lícito, preenchendo todos os requisitos para aguardar o julgamento em liberdade. Apontam, ainda, o que preceitua o art. 273 do Código de Processo Penal.

Requerem a concessão da ordem liminar a fim de que seja deferida a prisão domiciliar ao paciente ou a liberdade provisória, impondo-se de medidas cautelares diversas, com base na Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente